

Fazenda destaca do Orçamento da União as contas de crédito

por Cláudia Sofflatte
de Brasília

O governo central é o maior responsável pela expectativa de déficit público neste ano. Segundo dados oficiais, o déficit público operacional (necessidades de financiamento do setor público não financeiro, excluídas as correções monetária e cambial) do governo central representará 2% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, CZ\$ 70,3 bilhões para um PIB estimado em CZ\$ 3,48 trilhões.

O déficit operacional global, envolvendo governos estaduais, municipais, empresas estatais e fundos-programas atingirá 2,5% do PIB, ou seja, CZ\$ 87,2 bilhões, ao final deste ano.

A última versão do orçamento fiscal para 1986 estima que o caixa da União apresentará um déficit de CZ\$ 36,88 bilhões — que significa 1,07% do PIB. Esse valor se acrescido dos encargos da dívida mobiliária na carteira do Banco Central (BC) totalizaria praticamente os 2% do PIB de déficit do governo central.

Os técnicos do governo, porém, estão estudando uma nova feição para o orçamento fiscal da União, retirando dele parte de contas que foram equivocadamente, na sua opinião, unificadas.

A peça orçamentária que será encaminhada ao Congresso Nacional, ainda neste mês de agosto, deverá ater-se ao que é receita e despesa fiscal. Para os gastos com encargos da dívida em carteira do BC, por exemplo, assim como compras de estoques reguladores, política de preços mínimos e gastos com a aquisição de trigo, o governo deverá montar um novo documento: o orçamento de crédito.

O argumento dos técnicos envolvidos nessa discussão é de que a unifica-

ção orçamentária, promovida pela primeira vez na elaboração do orçamento fiscal para este ano de 1986, reuniu mais contas do que devia, deixando a área fiscal responsável por dívidas que não devem ser pagas com a arrecadação de tributos — em outras palavras, com uma política fiscal mais austera — e sim com operações de crédito (endividamento público), justificando, assim, o orçamento de crédito.

Limando o orçamento da União dos encargos de dívidas em carteira do BC, o déficit cai pela metade. E praticamente 50% do que restou — CZ\$ 18,7 bilhões (0,54% do PIB) — está abrigado numa prubrica chamada "assunção de dívidas". Ou seja, CZ\$ 6,3 bilhões para cobrir dívidas da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), contraídas na gestão passada, e que são questionadas legalmente; CZ\$ 10,47 bilhões para pagamento de encargos da dívida da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA); CZ\$ 1,99 bilhão de dívidas assumidas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA); e outros CZ\$ 22 milhões de débitos dos estados de Rondônia e Mato Grosso assumidos pela União.

A receita do Tesouro para este ano é estimada em CZ\$ 352 bilhões (6,98% do PIB), sendo que CZ\$ 111 bilhões são recursos direcionados para os estados e municípios, a título de transferência dos fundos de participação. Dos recursos disponíveis, CZ\$ 241 bilhões, cerca de CZ\$ 205,42 bilhões serão utilizados para a cobertura de despesas

SETOR PÚBLICO				
Déficit Operacional		Fluxos em Cz\$ bilhões		
Discriminação	1º semestre(1)		Ano(2)	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB
TOTAL	18,6	1,1	87,2	2,5
a) Governo Central	4,9	0,3	70,3	2,0
b) Governos Estaduais e Municipais	4,0	0,2	8,7	0,2
c) Empresas Estatais	10,7	0,7	(3)14,0	0,4
d) Previdência Social	(3,0)	(0,2)	(0,6)	0
e) Fundos e Programas	2,0	0,1	(5,2)	(0,1)

Obs.:
 (1) — Dados preliminares, sujeitos a revisão notadamente no que tange a Estados e Municípios.
 (2) — Previsão
 (3) — Estatais Federais: Cz\$ 1 bilhão;
 Estatais Estaduais e Municipais: Cz\$ 13 bilhões
 PIB 1º Semestre 1986: Cz\$ 1.674 bilhões
 PIB 1986: Cz\$ 3.488 bilhões

incluídas no orçamento da União, quais sejam: CZ\$ 107,4 bilhões (3,11% do PIB) de gastos com pessoal e encargos sociais; CZ\$ 39 bilhões de outros custeios e capital (incluindo-se aí a participação da União no capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e CZ\$ 46,65 bilhões de despesas com subsídios, que representam 1,9% do PIB.

Com a aquisição de produtos agrícolas o governo espera gastar neste ano, CZ\$ 23,02 bilhões e, desse total, CZ\$ 19,32 bilhões representam os subsídios embutidos na compra de trigo. Outros CZ\$ 23,6 bilhões serão gastos com programas de crédito (não reembolsáveis), como fundos e programas.

Conforme os dados estimados pelo Ministério da Fazenda, o serviço da dívida, mobiliária e não mobiliária, representará, neste ano, uma despesa de CZ\$ 72,46 bilhões (2,5% do PIB), cifra que exclui os encargos com a carteira de títulos do BC. Com serviços da dívida não mobiliária, interna e externa, estão previstas despesas de CZ\$ 38,6 bilhões.

Para a dívida com emissão de títulos públicos, os técnicos do Ministério da Fazenda prevêem despesa com encargos de CZ\$ 60 bilhões, sendo que CZ\$ 20 bi-

lhões já foram realizados no primeiro semestre. A nova sistemática de operações com papéis do governo, considerando uma separação entre emissão no mercado monetário e emissão para cobertura de despesas fiscais, permitiu o desdobramento dessas despesas nas seguintes rubricas: CZ\$ 45 bilhões, ou seja, 75% dos encargos, serão consumidos pelos títulos no mercado monetário, os CZ\$ 15 bilhões restantes são gastos com a dívida de natureza fiscal. Somente esta última consta do orçamento fiscal e a primeira é tratada como gasto do orçamento monetário.

Outra despesa que passa pelo orçamento da União e que representa montante significativo de recursos é o aviso MF-87. Ou seja, os pagamentos de débitos de empresas estatais, governos estaduais e municipais junto a credores estrangeiros, que são saldados pelo Tesouro. A expectativa é de gastar CZ\$ 11,07 bilhões com tais inadimplências, neste ano, sendo que CZ\$ 4,24 bilhões já foram despendidos no primeiro semestre. Mas, em parte, esses são recursos que acabam retornando para o caixa do Tesouro, já que os estados e municípios têm bloqueada parcela das transferências da União para ressarcir o Tesouro.